

Tesouro irá subsidiar as dívidas dos estados

GAZETA MERCANTIL

Públicas

20 SET 1996

O Tesouro Nacional vai subsidiar parte dos juros da dívida mobiliária dos estados, que totaliza cerca de R\$ 40 bilhões. Esta medida faz parte de uma ampla renegociação de todas as dívidas dos estados junto à União – inclusive a contratual, de R\$ 46 bilhões, os empréstimos de emergência concedidos pela Caixa Econômica Federal (CEF) e a externa –, que está sendo fechada com os governadores para ser anunciada nos próximos dias, às vésperas das eleições municipais. Hoje, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, assina em Porto Alegre o primeiro acordo de renegociação de R\$ 7,5 bilhões com o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto.

O benefício do subsídio só será dado aos estados que concordarem em privatizar estatais para abater um percentual da dívida mobiliária, que pode variar de 20% a 30% do total. “Para cada real de ativo privatizado, o governo federal refinancia uma parte da dívida por um prazo mais longo”, disse o ministro Malan. Ele não quis detalhar os acordos, mas afirmou que estão bastante avançadas as negociações com os governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, além do Rio Grande do Sul, que, junto com São Paulo, Santa Catarina, Bahia e Goiás, somam 96% do total da dívida mobiliária dos estados.

O modelo que está sendo negociado pelo Ministério da Fazenda com os governadores – entre eles dois aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso, o gaúcho Antônio Britto e o mineiro Eduardo Azeredo – prevê o alongamento da dívida mobiliária em um prazo de cerca de 30 anos, com juros de 6% ao ano mais correção pelo IGP-M, segundo fontes do governo. Hoje, a dívida mobiliária, que há muito tempo deixou de ser paga e apenas vem sendo rolada pelos governos estaduais, cresce significativamente em consequência das altas taxas de juros – cerca de 12% reais ao ano –, aumentando o grau de endividamento dos estados.

As taxas de de juros de 6% ao ano, mais correção pelo IGP-M, foram as condições negociadas nos acordos já concluídos entre a Fazenda com os governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Minas rolou R\$ 11 bilhões com o compromisso de quitar 20% de R\$ 8 bilhões da dívida mobiliária com a venda de estatais, entre elas o Banco de Crédito Real (Credireal). Na prática, a dívida mobiliária será transformada em uma dívida contratual, com taxas de juros subsidiadas e prazos de pagamentos de longo prazo. “A idéia é que desta vez seja uma solução definitiva. Não queremos mais reabrir esta discussão”, disse o ministro.

Para assumir a dívida mobiliária dos estados, o Tesouro Nacional terá de arcar com parte do custo. Segundo Malan, o que está em discussão “não tem diferença com o que se faz com a equalização das taxas de juros no caso de empréstimos do Banco do Brasil para a agricultura”. Não é a totalidade do financiamento que ficará sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, “mas somente o valor presente do diferencial de juros entre o que o estado está pagando e o custo de captação dos recursos”. E este

custo será compensado pela privatização, ressaltou o ministro.

A nova rolagem, apesar de englobar todas as dívidas, está considerando a situação específica de cada estado. O Ministério da Fazenda afastou a hipótese de atender à reivindicação dos governadores, de uma moratória das dívidas, interrompendo por cerca de seis meses o pagamento. Os governadores, que fizeram fila no gabinete do ministro Pedro Malan nas últimas semanas, alegam que o pagamento das dívidas contratuais e dos emprésti-

mos de emergência junto à Caixa Econômica Federal nas finanças estaduais é muito pesado.

A maioria dos estados está com déficit – os gastos de pessoal e custeio da máquina administrativa superam em muito a arrecadação. Não sobram recursos para cumprir o pagamento das dívidas que, em parte, foram roladas no final do ano passado. A idéia desta renegociação é que os estados, daqui para frente, explicitem em seus orçamentos o que vão destinar ao pagamento de suas dívidas.

(M.C. e L.E.L.)